ISSN 2447-9357

PÓS-POPULARES: POSSIBILIDADE DE ACESSO NO ENTORNO DO DF À PÓS-GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PELO CHÃO DA PESQUISA

Erlando da Silva Reses
Professor Adjunto
PPGE/FE/UnB (Orientador)

Walace Roza Pinel
Mestrando em Educação
PPGE/FE/UnB, Estudante
de História da UEG

RESUMO

O Programa Pós-Populares é fruto de inquietações que permeiam o discurso de profissionais da área de educação e de atores envolvidos em Movimentos Sociais e Populares, um espaço formativo de aprendizagem-ensino-pesquisa-extensão com o objetivo de democratizar o acesso à Universidade Pública, por meio da formulação de pré-projetos de pesquisa individuais e com perspectiva de intervenção social no estado de Goiás, especialmente no chamado Entorno do DF. Um avanço bastante significativo e que aponta a participação efetiva da sociedade pela luta por seus direitos é, a nosso ver, a modificação no acesso ao ensino superior, que tem permitido a entrada dos denominados "grupos minoritários" a exemplo do acesso de negros, índios e das populações do campo na Universidade Pública, travado por lutas dos movimentos sociais e associações, que, nesse caso, conseguiram acesso através das políticas de ação afirmativa que estão sendo utilizadas para corrigir as desigualdades de acesso à educação superior no Brasil. Sua metodologia se dá por meio da apresentação das intenções ou pré-projetos de pesquisa para discussão em grupo e, posterior acompanhamento-tutoria de mestrandos, mestres, doutorandos, doutores e professores aos participantes do Programa para o desenvolvimento da pesquisa, tendo como foco as especializações *stricto sensu.* Os indicadores apresentam que menos de 1% da população do Entorno do Distrito Federal tem acesso a este nível de formação. Tal situação aponta para a necessidade de ações efetivas e de qualidade, no intuito de melhorar o acesso, a continuidade e principalmente a conclusão dos vários ciclos estudantis da Educação Básica até o ingresso em uma Universidade Pública, acesso à produção científica que as conecta ao mundo em uma perspectiva participativa e protagonista.

ISSN 2447-9357

PALAVRAS CHAVES: INCLUSÃO, EDUCAÇÃO POPULAR; PÓS- GRADUAÇÃO; PERIFERIAS URBANAS; INTERVENÇÃO SOCIAL.

INTRODUÇÃO

O Programa de Extensão e Ação Contínua (PEAC), intitulado *Pós-Populares Democratização do Acesso à Universidade Pública pelo Chão da Pesquisa*, constitui-se como espaço formativo interligando aprendizagem-ensino-pesquisa-extensão, sendo fruto das inquietações que permeiam o discurso de profissionais da área de educação e atores envolvidos em Movimentos Sociais e Educação Popular, que visa integrar Ensino, Pesquisa e Extensão em torno de projetos que venham a ter uma interferência para a mudança da realidade local.

Trata-se de um espaço formativo de aprendizagem-ensino-pesquisa-extensão com o objetivo da democratização ao acesso à Universidade Pública, em especial na UnB, para professores, estudantes e agentes da comunidade por meio da formulação de pré-projetos de pesquisa individuais e com perspectiva de intervenção social.

O procedimento metodológico se dá por meio da apresentação das intenções ou pré-projetos de pesquisa para discussão em grupo e posterior acompanhamento-tutoria de mestrandos, mestres, doutorandos, doutores e professores da UnB aos participantes do Programa para o desenvolvimento da pesquisa, de acordo com a área de interesse e as inquietações dos pesquisadores envolvidos. Nos encontros o diálogo é livre, horizontal procurando a perspectiva de uma visão dialético-freireana.

Apesar das iniciativas no caminho da democratização do Ensino - especialmente no acesso aos programas de Pós Graduação de instituições públicas – o ingresso nas principais Universidades no Brasil, ainda é majoritariamente formado por sujeitos e epistemologias vinculadas às classes sociais dominantes, sobretudo na pós-graduação, reforçando a visão hegemônica nos centros de pesquisa e produção acadêmica. Atualmente, um grande desafio

ISSN 2447-9357

ocorre em: *Como democratizar o acesso à Universidade Pública, visando uma maior inserção de sujeitos e epistemologias populares nos cursos de Mestrado e Doutorado?*

O programa Pós-Populares ganha relevância por acreditar que políticas públicas devem contemplar de forma equânime as camadas sociais economicamente menos favorecidas reconhecendo atuando junto à necessidade de avanços na área social, tendo sua preocupação com a formação acadêmica desta população, sob a perspectiva de epistemologias e valores vinculados à Educação Popular.

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA GARANTIA DE DIREITOS AO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Superior Brasileira vem sofrendo profundas transformações, que são consideradas como contraditórias, pois, por um lado, vem assumindo a função social de formação de profissionais e, por outro, vem se tornando objeto da comercialização, com a venda dos serviços por instituições privadas e mercantis, que fazem as instituições, desse nível de ensino, se adequar às demandas do capital financeiro internacional, sob a lógica de uma política privatista e de desmonte do Estado Social (CHAVES, 2010, p.495).

A forma com que o Brasil vem se ajustando aos interesses mundiais em torno da educação, sobretudo via decretos presidenciais, apontam que as modificações ocorridas nesse setor são formas de mudar os rumos da educação brasileira para atender as orientações internacionais.

Em 2007, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi assinado o compromisso "Todos pela Educação", com o estabelecimento de 27 metas a serem alcançadas até 2022, priorizando a Educação Básica. Nesse mesmo período, foi estabelecido o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, com metas, ações e recursos financeiros, para atender as ações estabelecidas. E, como ação específica para a Educação Superior, foi criado, pelo Decreto 6.097/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, conforme aponta Medeiros (2012), é uma nova regulação da política de expansão para a educação superior do País.

Gianfranco Pasquino (1996) desenvolve o conceito de movimentos sociais no *Dicionário de Política*, partindo do conceito de comportamento coletivo, justificando duas correntes na definição: de um lado, os autores que veem os Movimentos Sociais nos

ISSN 2447-9357

comportamentos coletivos de uma multidão como uma manifestação da irracionalidade, um rompimento perigoso; de outro, os autores que veem nos movimentos coletivos um modo peculiar de ação social. Entre as duas definições, o autor retira, como elemento comum na análise do Comportamento Coletivo e Movimentos Sociais,

O acento sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estado de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelo comportamento coletivo. Mas é diversa a importância por eles atribuída aos componentes psicológicos em relação aos sociológicos, aos aspectos microssociais em relação aos macrossociais, e enfim, ao papel dos agentes em relação à dinâmica do sistema (PASQUINO, 1986, p.787).

Na tentativa de traduzir um conceito que não confronte as questões comportamentais com as sociológicas, tomamos como a melhor definição desse dicionário para o nosso trabalho é a de que "os movimentos sociais, constituem tentativas fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados" (PASQUINO, 1986, p.787).

Nos países marcados pela ditadura militar, que conseguiriam, pelo processo de resistência, implantar regimes democráticos, os movimentos sociais ganharam visibilidade. Restrepo (1999) afirma que, na América Latina e em outras regiões do mundo, onde as classes subalternas, desorganizadas, acumularam demandas seculares, sua mera organização em grêmios ou movimentos sociais politicamente independentes, sua constituição como atores sociais, a criação de uma sociedade civil da qual elas fizessem parte, produziria abalos e rupturas institucionais capazes de quebrantar e suplantar velhas hegemonias baseadas fundamentalmente na coerção.

A luta dos Movimentos Sociais reflete a busca pelos direitos sociais, e veio crescendo, se tornando motivo de pauta nos Conselhos de Educação, em âmbito nacional, estadual e municipal, no que se refere à autorização das escolas itinerantes.

Um avanço bastante significativo e que aponta a participação efetiva da sociedade pela luta por seus direitos é, a nosso ver, a modificação no acesso ao ensino superior, que tem permitido a entrada dos denominados "grupos minoritários", a exemplo do acesso de negros, índios e das populações do campo na Universidade Pública, travado por lutas dos movimentos sociais e associações, que, nesse caso, conseguiram acesso através das políticas de ação

ISSN 2447-9357

afirmativa que estão sendo utilizadas para corrigir as desigualdades de acesso à educação superior no Brasil.

CONTEXTO DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Nesse contexto, ganham força reflexões acerca das palavras de Paulo Freire quando ressalta a necessidade de unir crescimento econômico e elevação da escolarização de um povo (FREIRE, 1987). Dessa maneira, para tratar do assunto "democratização do ensino superior", em sua amplitude, devemos pontuar aspectos sociais referentes à formação de um povo, principalmente em categorias fundamentais como etnia, raça, gênero e territorialidade. De acordo com Gomes (2004), esse tipo de análise é fundamental e não nos permite deixar de lado questões que perpassem pelos temas 'cotas' e 'ações afirmativas'.

De acordo com portal do Ministério da Educação – MEC, a escolarização no Ensino Superior brasileiro não ultrapassa 14% da população de jovens entre 18 a 24 anos. Preocupado em melhorar esses números, o Plano Nacional de Educação – PNE (institui metas para serem atingidas a cada dez anos), na edição 2014-2024, dentre as vinte metas educacionais instituídas, algumas foram destinadas ao ensino superior: a meta 12 sugere elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24anos, assegurando qualidade de oferta e expandir as matrículas em 40% no segmento público; a meta 13 propõe elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de metas e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores; meta propõe elevar gradualmente o número de matriculas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

O avanço no PNE refere-se, não apenas a ajustes na redação, em relação à edição anterior, mas a uma maior aplicabilidade da lei, visando responsabilizar gestores públicos que descumprirem ou deixarem de realizar as metas. Essas medidas sinalizam uma mudança positiva, mas, ainda assim, surgem alguns questionamentos referentes ao ensino universitário,

ISSN 2447-9357

tornando necessárias ações futuras que visem solucionar situações-problema como, por exemplo: acesso, permanência e continuidade para além da graduação de populações oriundas das camadas populares.

Apesar de iniciativas no caminho da democratização do acesso à Universidade Pública, não conseguiu-se ainda avançar no sentido da universalização do ingresso de novas perspectivas, epistemologias e sujeitos aos seus espaços, sobretudo na pós-graduação. Os crescentes números de matrículas foram influenciados por programas como Programa Universidade para todos – ProUni, a ampliação e desburocratização do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI e Sistema de Seleção Unificada - SISU. Atualmente, o grande desafio refere-se a: *Como democratizar a Universidade Pública visando uma maior inserção popular?*

O Distrito Federal chama atenção não apenas pela sua relação com a Capital, mas também por sua posição central na Região Metropolitana. Há um fosso entre o Distrito Federal e os municípios que compõem o seu entorno metropolitano, composto de 10 municípios segundo critérios para enquadramento em aglomeração metropolitana (Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama, Formosa, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Alexânia e Padre Bernardo), tanto em relação ao tamanho do PIB quanto ao valor do PIB *per capita* (MIRAGAYA apud DAL ROSSO, 2011).

A partir de um mapeamento do perfil socioeconômico da população local, em números apresentados pela CODEPLAN (BRASÍLIA, 2013a), é possível perceber o percentual da população de jovens entre 18 e 24 anos em algumas localidades do DF e Entorno que concluíram o ensino superior: 4,48% em Ceilândia; 4,85% em Santa Maria; 8,60% no Gama; 4,96% em Valparaiso de Goiás e 4,17% na Cidade Ocidental. Os dados listados corroboram a relação desigualdade/exclusão o que ressalta a importância e necessidade de ações que minimizem a distância entre o real, inaceitável, e o ideal, desejado.

Tal situação aponta para a necessidade de ações efetivas e de qualidade, no intuito de melhorar o acesso, a continuidade e principalmente a conclusão dos vários ciclos estudantis da Educação Básica até o ingresso em uma universidade pública, sendo o Programa Pós Populares uma política de enfrentamento a este quadro de exclusão e falta de políticas públicas emancipatórias.

ISSN 2447-9357

O EXERCÍCIO DA COLETIVIDADE COMO PRÁXIS NO PROGRAMA PÓS-POPULARES

A relevância maior do programa Pós-Populares está em aproximar a universidade do seu papel social e efetivamente possibilitar o diálogo e a formação conjunta entre estudantes e professores de pós-graduação. O projeto visa apontar alternativas de democratização do ensino superior à Universidade Pública, considerando que as mesmas foram pensadas e geridas dentro para a formação intelectual da elite brasileira. (CARVALHO, 1981).

Tendo como perspectiva epistemológica e política a tentativa do ajuste das assimetrias históricas brasileiras, que dizem respeito ao acesso de sujeitos, especialmente àqueles ligados às graduações e licenciaturas que dialogam com o campo da Educação é necessária à construção de propostas que busquem a permanente inclusão de pessoas aos cursos de formação de pesquisadores de metrado e doutorado. Para VIERA PINTO (1984 pg 38), na sociedade todos educam a todos permanentemente, como um indivíduo não vive isolado, sua educação é contínua. Buscando a formação de adultos que se interessam pelo ingresso nos programas de pós-graduação - especialmente àqueles ligados à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) - contínua, colaborativa e gratuita buscou-se uma práxis que fosse ligada às concepções de Educação Popular, especialmente vinculadas ao contexto histórico social da primeira década do século XXI.

De acordo com VIEIRA (2016), a Educação Popular possui uma longa história, densa e bastante diversificada sempre com uma preocupação explícita os (as) excluídos (as) os sujeitos das classes populares.

“foi e continua sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação que tem como foco o compromisso de ida e volta nas relações pedagógicas de teor político realizado através de um trabalho cultural estendido a sujeitos de classes populares compreendidos não como beneficiários tardios de um serviço, mas como protagonistas de um processo” (BRANDÃO, 2002 p. 142).

Com inspiração nas ideias de Paulo Freire, especialmente aquelas ligadas aos Movimentos de Cultura Popular da década de 60, do século passado, busca-se a conscientização de pessoas que mesmo possuindo curso universitário completo e atuando nas escolas e comunidades locais, são excluídas no acesso à formação de pesquisadores sendo

ISSN 2447-9357

alijadas do processo ainda na seleção, quando sem experiência em projetos de pesquisa lhes é apresentada a obrigatoriedade da apresentação de um pré-projeto científico pautado na lógica positivista-idealista, afastando-se das questões locais e do cotidiano das classes excluídas.

Assim, o Programa Pós-Populares, nascido em Ceilândia/DF, está presente e organizado em encontros mensais em duas cidades satélites do DF e em Goiás no entorno de Brasília. O programa teve inicio nessa sede que abriga outros Projetos da Educação Popular, local em que o projeto se iniciou e durante dois anos foi gestado, quando a coordenação juntamente com os egressos do Programa organizou sua expansão. Imagem 02: Paranoá/DF – Encontros no primeiro sábado do mês

Destaca-se a relação entre os sujeitos envolvidos nas ações de extensão universitária através de uma tipologia, definida por RESES (2015): **eventista-inorgânica** e **orgânica-processual**. No primeiro tipo prevalece uma relação pontual e sem compromisso com a comunidade, que se vincula à concepção tradicional de ciência. No segundo tipo inclui-se o sentido da permanência da relação acadêmica com a intervenção para a mudança, prevalecendo à democratização da ciência (RÊSES, 2015). É com este segundo sentido que este Programa se constitui, sobretudo, porque cumpre a função de recolocar e fortalecer o papel da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, entendendo que a universidade tem o papel de retornar à sociedade o saber que dela se origina.

Segundo Rêses, Santos e Rodrigues (2016), Brasília apresenta uma elevada oferta de vagas nas Universidades Públicas e Privadas, porém não isso não se reflete, necessariamente, em um ingresso de estudantes egressos das classes populares. Tendo em vista que claramente este cenário é ainda mais dramático no acesso à pós-graduação das populações periféricas – geográfica e culturalmente -é necessário uma práxis que procure romper paradigmas temporalmente construídos e constituídos em nossa sociedade.

Apesar de iniciativas no caminho da democratização do ensino superior, como as Políticas de Ações afirmativas, registramos a existência de um sistema de ensino elitista, sobretudo na pós-graduação. Assim, é possível avaliar que no decorrer deste período o Programa Pós-Populares cumpre o seu papel como possibilidade de acesso à Universidade Pública, especialmente nos cursos de pós-graduação dialogando conhecimentos e construindo possibilidades de pesquisa acadêmica de relevante interesse e intervenção social.

ISSN 2447-9357

CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS

De acordo com RÊSES (2004) o Distrito Federal e seu entorno, apresentam uma elevada oferta de vagas universitárias, concentradas especialmente no Plano Plano, porém isso não se reflete no ingresso dos estudantes das classes trabalhadoras às oportunidades de estudo reservadas às classes e epistemologias dominantes, este cenário é ainda mais evidente no acesso à pós-graduação dos sujeitos vinculados às perspectivas das epistemologias populares e movimentos sociais.

Busca-se, não apenas a ampliação física do espaço universitário levando a Universidade Pública às periferias, mas principalmente a inclusão o diálogo e a emancipação dos sujeitos que nascem e vivem nas margens urbanas o protagonismo na sua própria produção científica que as conecta ao mundo em uma perspectiva participativa, coletiva e emancipatória.

Experiências como o Programa Pós-Populares demonstram que a relação entre a periferia e a Universidade Pública tem sido ao longo da história constituído de forma contraditória e dialética, com avanços e retrocessos. Reconhecemos a necessidade de ampliação dos meios e espaços visando à inclusão de sujeitos e epistemologias populares na produção científico-acadêmica contribuindo no ingresso e permanência dos sujeitos e pesquisas vinculadas às lutas presentes nas periferias urbanas, nos movimentos populares e na Educação Pública. Acreditamos assim que ao abrirmos esses espaços de debates e diálogos, estaremos dando voz a esses sujeitos historicamente excluídos, e que de alguma forma trará para o espaço acadêmico a realidade política, social e cultural das periferias muitas vezes silenciadas e invisibilizadas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.R. **A Educação Popular na Escola Cidadã.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação 2014-2024** . Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

ISSN 2447-9357

BRASÍLIA. CODEPLAN. (PDAD). **Pesquisa Demonstrativa por Amostra de Domicilio 2013/2014**, 2013a.
. (PMAD). **Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicilio**, 2013b.

CARVALHO, J. M. **Unificação da elite:** uma ilha de letrados. In: A construção da ordem. Brasília: UnB, 1981.

HAGE, Salomão. **Guerra cultural pela escola no Brasil:** a disputa pela direção do plano nacional de educação (1988-1999). Tese doutorado. USP, 2000.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. **Expansão da Privatização/Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro: A Formação dos Oligopólios.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010 481.Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br, acesso em 02 de março de 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra,1987.

MIRAGAYA, Júlio. O fosso econômico e social entre o quadrilátero e seu entorno empobrecido: a industrialização é uma solução. In: DAL ROSSO, Sadi (org). **Trabalho na Capital**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011

MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda. O REUNI – Uma nova regulação da política de expansão da Educação Superior: O Caso da UFPA (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação: Belém, 2012.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org). **Universidade e democracia: experiências alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

RÊSES, Erlando da Silva (Org.). **Universidade e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

RÊSES, Erlando da Silva; SANTOS, Mário Bispo dos e RODRIGUES, Shirlei Daudt. **A Sociologia no Ensino Médio – Cidadania e Representações de Professores e Estudantes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RÊSES, Erlando Silva. & MOREIRA, João Flávio Castro. **Universidade Distrital e democratização da educação superior no Distrito Federal e Entorno**. SER Social, Brasília, v. 18, n. 39, p. 610-633, jul.-dez./2016.

VIEIRA, M. C. **Memórias-Testemunhos de Educadores: Contribuições da Educação Popular a Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

PASQUINO, Gianfranco. In **Dicionário de Política**, Org. por Noberto Bobbio, Nicolla Mateucci e Gianfranco Pasquino. Tradução de João Ferreira, Carmem C. Varrialle e outros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986